



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## Território e feminismos na América Latina<sup>1</sup>

**Marina Rago Moreira**  
Universidade Federal do ABC

**Vanessa Lucena Empinotti**  
Universidade Federal do ABC

### Sessão Temática ST-12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

*Esse artigo é parte do processo de uma pesquisa de mestrado que visa entender como os feminismos socioambientais na América Latina mobilizam a noção de território, que conceitos ou categorias estão associadas ao território nessas visões, e como esse pensamento emergente pode contribuir para os desafios e lacunas do campo do planejamento territorial. Os feminismos socioambientais e descoloniais na América Latina trazem novas vertentes de pensamento e ação. Enfocamos no presente texto a noção de território corpo-terra, que emerge dos feminismos comunitários da Guatemala (CABNAL, 2010) e é amplificada por diversos movimentos feministas e acadêmicas-ativistas na região. O conceito aproxima o território à tessitura da vida, implicando em uma forma de pensamento divergente da racionalidade moderna que entende o território como unidade administrativa e valorativa. Esse diálogo entre diferentes entendimentos e relações com o território é uma proposta a refletirmos como o planejamento aborda o gênero e interseccionalidades e como pode contribuir para superar o patriarcado, que faz perpetuar desigualdades e violências, bem como produz conflitos socioambientais. O levantamento bibliográfico – focados nos termos território, feminismo e corpo-território –, destaca a produção recente dos campos de pesquisa e ação das ecologias políticas feministas latino-americanas (EPFLAs) e dos ecofeminismo do Sul.*

*Palavras-chave. feminismos socioambientais, América Latina, território, planejamento*

### Territory and feminisms in Latin America

**Abstract.** *This article is part of a master's research process that aims to understand how socio-environmental feminisms in Latin America mobilize the notion of territory, what concepts or categories are associated with territory in these views, and how this emerging thinking can contribute to the challenges and gaps the field of territorial planning. Socio-environmental and decolonial feminisms in Latin America bring new strands of thought and action. In this text, we focus on the notion of body-land territory, which emerges from Guatemalan feminismos comunitarios (CABNAL, 2010) and is amplified by several feminist and academic-activist movements in the region. The concept brings the territory closer to the texture of life, implying a way of thinking that diverges from modern rationality that understands the territory as an administrative and value unit. This dialogue between different understandings and relationships*

---

<sup>1</sup> O presente trabalho resulta do processo de pesquisa de mestrado realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC.

*with the territory is a proposal to reflect on how planning addresses gender and intersectionality and how it can contribute to overcoming patriarchy, which perpetuates inequalities and violence, as well as produces socio-environmental conflicts. The bibliographical survey – focused on the terms territory, feminism and body-territory – highlights the recent production of the fields of research and action of Latin American feminist political ecologies (EPFLAs) and of ecofeminism in the South.*

*Key words. socio-environmental feminisms, Latin America, territory, planning*

## **Territorio y feminismos en America Latina**

**Resumen.** *Este artículo es parte de un proceso de investigación de maestría que tiene como objetivo comprender cómo los feminismos socioambientales en América Latina movilizan la noción de territorio, qué conceptos o categorías se asocian al territorio en estas miradas, y cómo este pensamiento emergente puede contribuir a los desafíos y vacíos en el campo de la planificación territorial. Los feminismos socioambientales y decoloniales en América Latina traen nuevas vertientes de pensamiento y acción. En este texto, nos enfocamos en la noción de territorio cuerpo-tierra, que emerge de los feminismos comunitarios en Guatemala (CABNAL, 2010) y es ampliada por varias corrientes feministas. y movimientos académicos activistas en la región. El concepto acerca el territorio al tejido de la vida, lo que implica una forma de pensar que se aleja de la racionalidad moderna que entiende el territorio como una unidad administrativa y valorativa. Este diálogo entre diferentes entendimientos y relaciones con el territorio es una propuesta para reflexionar sobre cómo la planificación aborda el género y la interseccionalidad y cómo puede contribuir a la superación del patriarcado, que perpetúa las desigualdades y violencias, además de producir conflictos socioambientales. El relevamiento bibliográfico – centrado en los términos territorio, feminismo y cuerpo-territorio– destaca la producción reciente de los campos de investigación y acción de las ecologías políticas feministas latinoamericanas (EPFLA) y del ecofeminismo en el Sur.*

*Palabras clave. feminismos socioambientales, América Latina, territorio, planificación*

## **Introdução**

A discussão sobre o protagonismo das mulheres nas lutas sociais e a relevância da crítica feminista aparece em publicações específicas e das ciências humanas de modo geral, mas há ainda uma invisibilização dessas contribuições no campo de estudos do planejamento no Brasil. Há uma literatura sobre gênero e planejamento anglo-saxã que, desde os anos 1990, traz contribuições interessantes, mas geralmente a partir do urbano e do Norte global, que acabaram sendo pouco debatidas no país (SANDERCOCK e FORSYTH 1992; RITZDORF, 1992; SNYDER, 1995; FAINSTEIN e SERVON, 2005).

No Brasil, até os anos 2000, das poucas pesquisas que trabalharam com o planejamento a partir da crítica feminista, estas, geralmente, se concentraram também nos espaços urbanos (ver SANTORO, 2008; GONZAGA, 2011). Na última década, porém, começaram a aparecer mais produções refletindo sobre o tema (como TAVARES, 2015; HELENE, 2015; PEREIRA, 2015). Recentemente, essas últimas autoras mencionadas organizaram o dossiê temático “Território, gênero e interseccionalidades” na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Foram recebidos quase 150 textos, o que demonstra uma emergência desses debates e, ao mesmo tempo, escassez de espaços para publicação de trabalhos relacionados ao tema (HELENE et al, 2021).

Segundo Martha Ritzdorf (1992, p.449), “a teoria do planejamento é fundamentada em muitos princípios que as teóricas feministas rejeitam, dificultando a busca de uma base comum.” Essa afirmação, se por um lado

parece aumentar o desafio de se buscar contribuições feministas ao campo do planejamento, atualmente, trinta anos depois e num momento de múltiplas crises, inclusive de paradigmas, pode apontar para a potência da teoria feminista em problematizar as bases do planejamento e contribuir oferecendo caminhos urgentemente necessários para um enfrentamento do aumento das desigualdades e da crise ecológica, que vivemos em nível mundial. Caminhos contrários ao planejamento e pensamento racional funcionalista, universal e neutro; outras formas de saber a partir da experiência e das emoções; reconhecendo a parcialidade do conhecimento, o “saber situado” (HARAWAY, 1995), e a importância dos processos; com a percepção das camadas de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade na experiência dos espaços construídos.

Ao mesmo tempo, a discussão sobre o conceito de território a partir da leitura feminista e suas contribuições ainda não foi abordada. Ao tratar do território, as autoras feministas latino-americanas refletem a partir de uma leitura descolonial, que resgata as origens deste lugar por outras epistemologias e ontologias. Como lembram as feministas comunitárias da Bolívia, Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014, p.44), o feminismo latino-americano e caribenho se constituiu a partir de encontros – espaços para se tecer formação e articulação política –, mas também de conflitos e rupturas, desde a década de 1980. Já o principal conflito que as autoras apontam é em relação à institucionalização do feminismo e, por outro lado, as feministas que pautavam a importância da autonomia. Já, nos anos 1990, o processo de neoliberalização e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995) aprofundam essa oposição: “se hablava ya de dos tendencias en el feminismo, “las utópicas” que apostaban a la transformación y las “de lo posible” que optaban por las reformas y habían decidido pactar con el neoliberalismo” (PAREDES e GUZMÁN, 2014, p.45). Essa crítica aguda e a clareza da valorização da autonomia das mulheres e dos povos é uma característica do feminismo autônomo da região que segue em coexistência com outros discursos.

Com a “explosão feminista” (HOLANDA, 2018), sobretudo na última década, a partir de 2013, também vemos uma tendência a capturar o feminismo para propósitos lucrativos, enquanto se precariza o trabalho feminino. Nas palavras de Paredes:

(...) estratégia muito útil para a acumulação capitalista foi a invenção social de projetos de gênero, resultante da cooperação internacional, gerando assim uma rede de ONGs especializadas na incorporação política e econômica das mulheres ao neoliberalismo e à super-exploração de seu trabalho e tempo. (PAREDES, 2015)

Esse debate é complexo e tem diversos desdobramentos que não nos aprofundaremos aqui, mas vale a menção para iluminar a dimensão política do feminismo como crítica ao neoliberalismo e proposição ética de mundos possíveis tendo em vista uma efetiva justiça socioambiental.

Marcia Tait e Renata Moreno afirmam a importância da visibilização das lutas de resistência territorial que as mulheres protagonizam e suas elaborações críticas, que promovem transformações na política e na economia. Para as autoras:

Esta invisibilización requiere un activo proceso inverso de articulación entre la producción teórica y las luchas no solo por el reconocimiento, sino para aprehender la expansión de las fronteras del pensamiento crítico-emancipador que emerge de estos sujetos políticos. (TAIT e MORENO, 2021, p.19).

Assim o sentido dessa pesquisa se fortalece não apenas tratando a ação dessas mulheres como objeto de estudo, mas buscando analisar e debater com ideias

que emergem dessas práticas e vêm sendo elaboradas coletivamente formando bases concretas e conceituais de propostas éticas para as comunidades, na escala local, e para o mundo, na global.

Dentre a literatura ecofeminista e das Ecologias Políticas Feministas, as especificidades latino-americanas, tecem uma rede de pensamentos em que se destaca: a historicidade da formação territorial, no compartilhar da experiência de um mesmo (ainda que heterogêneo) processo de colonização, que marca os diversos territórios e corpos, bem como empreitadas de descolonização do pensamento e dos territórios (considerando as continuidades que a colonialidade perpetua na globalização; QUIJANO, 2005). Entre as distintas denominações decolonial (LUGONES, 2008/2020), descolonial (MIÑOSO, 2009/2014), anticolonial (CUSICANQUI, 2010), a crítica à colonialidade tem grande força no feminismo latino-americano, bem como o feminismo tem importantes contribuições aos debates do pensamento descolonial.

Nesse texto, queremos resgatar acúmulos históricos recentes dos feminismos relacionados às questões socioambientais e feminismos de(s)coloniais, como contexto de onde emerge a construção de associações entre território, corpo e Terra, sobretudo pelas feministas comunitárias (CABNAL, 2010), e aparecem na literatura recente que debate como as feministas do Sul estão mobilizando a noção de corpo e território a partir de suas lutas (CRUZ HERNÁNDEZ e JIMÉNEZ, 2020). Essa associação entre corpo e território opera como chave de leitura dos processos multidimensionais que ocorrem nos territórios, sobretudo elaborado a partir das experiências de violência sofrida com maior intensidade pelas mulheres e pelos territórios, bem como enunciação política de outras formas de ver e viver o mundo que funde comunidades e territórios, incluindo os rios, o sol, as plantas, em suas existências relacionais. Apresentam-se contribuições, desafios e questionamentos estruturais a um planejamento comprometido com a diminuição das desigualdades e com enfrentamento da crise ambiental.

Tal leitura traz atenção para as formas de organização comunitária, autonomia, violência patriarcal e reprodução da vida que consideramos temas importantes de serem discutidos no campo do planejamento para se pensar numa perspectiva de baixo para cima, da política do cotidiano ao macro.

Assim o artigo está dividido em: uma nota metodológica sobre o recorte das referências bibliográficas; um breve resgate dos feminismos ligados a luta ecológica; e do feminismo de(s)colonial, como base importante para a emergência das determinações feministas populares nos territórios; e uma discussão sobre território e feminismo na América Latina com foco na noção de território corpo-terra.

### **Nota metodológica**

A crítica feminista compõe uma fundamentação teórica a partir da qual podemos interpelar o planejamento e conduzir nossa reflexão. Partimos do entendimento que os conceitos e categorias elaborados por organizações de mulheres engajadas em lutas socioambientais, em defesa da autonomia sobre seus corpos e da manutenção da vida em seus territórios podem ser úteis para se pensar no planejamento territorial. Nos aproximamos aqui da perspectiva ecofeminista construtivista, sem buscar naturalizar ou romantizar a relação entre mulheres e natureza, mas compreendendo que a experiência cotidiana também

é fonte de conhecimento (HERRERO, 2017). Justamente por serem mais severamente afetadas pelo avanço dos extrativismos (mineração, agronegócio, megaprojetos) e pela emergência climática, essas acabam sendo grandes preocupações de mulheres rurais e periféricas e a responsabilidade de enfrentar esses problemas no dia-a-dia é socialmente dirigida a esse grupo social. Nos parece portanto importante a consideração e participação dessas mulheres tanto na identificação dos problemas, como na elaboração de soluções para se enfrentar desigualdades estruturais e os problemas da crise ecológica.

Nas últimas duas décadas, e cada vez mais, novas pensadoras indígenas entraram nas universidades latino-americanas, como nota Francesca Gargallo (2014)<sup>2</sup>. E podemos ampliar essa percepção, na realidade brasileira, sobre pessoas negras, quilombolas e de territórios periféricos urbanos e rurais, cujo acesso ao ensino superior foi incentivado com políticas públicas afirmativas nas gestões do Partido dos Trabalhadores. Assim, a partir das experiências distintas e saberes subalternizados que cada pesquisador(a) traz, se agregam perspectivas ao ambiente acadêmico, mais questionamentos e proposições que podem desvelar o que Curiel chama de uma “antropologia da dominação” (2020, p.135), as relações de poder implícitas no nomear como “outro/a”, e promover uma linguagem em que possa haver a coexistência de diferenças sem hierarquização.

Ochy Curiel reflete sobre a ideia de um “desengajamento” epistemológico com a racionalidade colonial, termo que Stuart Hall traz associado ao processo pós-colonial (CURIEL, 2020, p.134), e destaca duas questões para atentarmos: o reconhecimento efetivo de outros saberes subalternizados e o questionamento das condições de produção do conhecimento. No primeiro ponto, a autora associa os “outros” saberes como emergentes das experiências vividas e a proposições de justiça:

Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidos coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis. (CURIEL, 2020, p.134).

Nesse sentido, olharemos para os conceitos elaborados pelas mulheres organizadas em defesa de seus territórios, da biodiversidade, das águas, dos comuns, como elaborações a serem consideradas nos debates acadêmicos sobre território e desenvolvimento. A noção de corpo-território emerge em contextos específicos, mas logo passa a circular e ser usada em outros contextos similares na América Latina, uma vez que responde a questões sistêmicas do capitalismo. Queremos assim dialogar com essas concepções no âmbito da academia. Lorena Cabnal, da TZK'AT, red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario de Iximulew-Guatemala, aponta essa dificuldade no feminismo:

Es difícil explicar esto a una mujer blanca cuando no se tienen las condiciones para dialogar; mira, nosotras no estamos de acuerdo con la imposición de criterios feministas hegemónicos, pero yo reconozco y valoro todo el aprendizaje que tengo de las diferentes corrientes feministas porque

---

<sup>2</sup> A autora traz nessa obra, *Feminismos desde Abya Yala: ideas e proposiciones de las mujeres de 607 pueblos de Nuestra América*, a voz de mulheres defensoras de seus territórios, ativistas populares, camponesas, indígenas em suas complexidades e diversidade.

han provocado que me reconozca como sujeta epistémica, y por lo tanto pensarme desde el cuerpo y en el espacio donde convivo para tejer ideas feministas, con ello se fortalece la construcción consciente de mi identidad feminista comunitaria y a su vez aportamos al movimiento feminista en el mundo. Entre otras cosas el paso que necesitamos dar es nombrar desde nuestros propios idiomas liberados y cosmovisiones, las categorías y conceptos que estamos construyendo para el análisis de nuestras realidades históricas de opresión, pero también de liberación como mujeres indígenas, originarias, campesinas, rurales o de pueblos. (CABNAL apud GARGALLO, 2014, p.17)

Cabnal é uma das referências principais da noção de corpo-território, ou território-corpo Terra como ela apresenta. Junto a outras feministas comunitárias de seu país e da Bolívia, foram desenvolvendo, a partir de suas experiências como mulheres indígenas, em contato com feministas de outras vertentes, um feminismo próprio e, ao mesmo tempo, que fala do viver comunitário; um feminismo indígena, mas também para todes.

Alguns dos grupos que têm discutido o tema do corpo-território intensamente são pesquisadoras e ativistas do Coletivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo em Quito, Equador, o grupo de trabalho “Cuerpos, territorios y feminismos” no Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), o grupo de trabalho Mujeres, cuerpos y territorios do Observatorio de Ecología Política da Venezuela, a GeoBrujas – Comunidad de Geógrafas, no México. Já no Brasil, o termo tem sido discutido em publicações como: as cartilhas de formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (Coletivo nacional de gênero MPA Brasil, 2022), o resultado de ciclo de debates sobre economia feminista da Sempreviva Organização Feminista com um coletivo feminista basco (Coletiva XXK e SOF, 2021); coletânea de textos sobre impactos de megaprojetos e resistências de mulheres atingidas em diferentes estados do Brasil, na Guatemala e no Haiti, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (QUEIROZ et al, 2021), entre outras.

Destacamos ainda a realização da Escola Internacional de Organização Feminista Berta Cáceres (CAPIRE, 2021), organizada pela Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Grassroots Global Justice, Grassroots International e Indigenous Environmental Network, que teve seu lançamento online<sup>3</sup> em 4 de março de 2021, data de aniversário da liderança socioambiental homenageada, com cerca de 200 mulheres dos diferentes continentes; e o curso de extensão do CPDA/UFRRJ, ocorrido em 2022, tendo como público alvo mulheres ativistas socioambientais, intitulado “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”. Além do tema da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019, ter sido “Território: nosso corpo, nosso espírito” (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2021).

Optamos, portanto, por trabalhar com um levantamento de artigos acadêmicos nos portais com foco na produção latino-americana (SciELO, Capes, Dialnet), bem como da produção de ONGs, movimentos e coletivos engajados com o feminismo e lutas socioambientais e territoriais.

---

<sup>3</sup> O evento seria presencial no Quênia, em 2020, mas devido à pandemia foi reorganizado para ser online, com tradução em quatro idiomas. O site de mídia feminista ligado à MMM, Capire, publicou sínteses das atividades e discussões que ocorreram ao longo do processo da Escola.

## Feminismos e luta socioambiental

Apesar de haver movimentos de mulheres em defesa do meio ambiente anteriores ao século XX, como descritos pelas ecofeministas, foi da intersecção das preocupações ecológicas e feministas dos anos 1970 que surgiu a denominação ecofeminismo. A socióloga e ativista francesa Françoise D'Eaubonne, em 1974, cunha este termo como proposta feminista para atuar em relação às questões ambientais, denunciando o caráter sexista e racista do modelo econômico produtivista na exploração das mulheres dos países empobrecidos e na contaminação do planeta e uso dos recursos naturais indiscriminadamente (GEBARA, 1997, p.9). Nos Estados Unidos, sobretudo na Califórnia, outras autoras também estavam discutindo o tema e também passam a se posicionar como ecofeministas. Carolyn Merchant e Karen Warren são dois nomes dos mais conhecidos (Thompson e MacGregor, in MacGregor 2017). Até os anos 1990 houve uma produção efusiva e havia um ativismo ecofeminista que agregava diferentes pautas.

Posteriormente, a física e filósofa indiana Vandana Shiva elaborou importantes estudos sobre o tema, inicialmente junto a Maria Mies, nas décadas de 1980/90. Inspirada pelos movimentos de mulheres camponesas pela preservação das florestas em seu país, ela questionou o modelo econômico e cultural ocidental que coloniza as mulheres, nativos, terra, natureza. Contudo, sua visão essencialista sobre a capacidade das mulheres na defesa e cuidado da natureza foi criticada por outras correntes por incorrer em uma lógica que reforça a associação entre mulheres e natureza como biológico, despolitizando assim essa ação. Por outro lado, Shiva tem uma influência grande na difusão do pensamento ecofeminista e, segundo Cruz Hernandez, seu pensamento está vinculado aos movimentos sociais:

Mies y Shiva (1997) y Gebara (2000) son autoras referentes que han propuesto que los ecofeminismos además de ser un pensamiento clave, para desmontar el pacto capitalista patriarcal, que jerarquiza las vidas humanas y no humanas, debe estar articulado al movimiento social. (CRUZ HERNANDEZ, 2020, p.94)

Por conta dessa discussão sobre essencialismo, a economista Bina Agarwal preferiu nomear sua posição como ambientalismo feminista e dialoga também com a ecologia política feminista. Agarwal parte da compreensão da realidade material da relação entre mulher e natureza em que se deveria observar: “a divisão do trabalho, assim como a distribuição da propriedade e de poder baseadas em gênero, classe, casta, raça, etnia, etc.” (SILLIPRANDI, 2015, p.74).

Essa visão seria alinhada à vertente construtivista, que entende o engajamento das mulheres nas causas socioambientais como resultado de um sistema que desvaloriza tanto a natureza como as mulheres e porque esse problema recai sobre seus corpos de forma mais intensa, sobretudo para as mulheres não-brancas, pobres e periféricas.

A proposta ecofeminista construtivista enfatiza a importância de se pensar seriamente no decrescimento como alternativa necessária para que a humanidade não siga um caminho de extermínio da própria espécie, forçando os limites do planeta. Yayo Herrero, que costura debates da economia feminista e do ecofeminismo, vê nesse caminho o potencial de se elaborar propostas de organização social para transições energéticas, uso racional dos recursos e reconhecimento dos trabalhos de cuidado para a sustentabilidade da vida (BELTRÁN, 2019, p.138).

Na América Latina, vale destacar o trabalho da teóloga feminista Ivone Gebara, articulada ao Coletivo Con-spirando, do Chile, que editou uma revista de mesmo nome sobre ecofeminismo.

Justamente por representar uma vertente latino-americana que aparece concomitantemente com as posições da Teologia da Libertação, está fortemente enraizada nos movimentos indígenas e nos de outras populações pobres, chamando a atenção para grupos sociais prejudicados pela degradação ambiental e aproximando-se dos movimentos por ecojustiça. (SILLIPRANDI, 2015, p.75)

Gebara também é crítica ao discurso essencialista. Sua aproximação do ecofeminismo é descrita por ela tendo origem “na observação empírica da vida das mulheres pobres do Nordeste e na convivência em um bairro de periferia. Uma literatura especializada me ajudou a alargar meus conhecimentos e afinar minha análise” (GEBARA, 1997, p.14).

Para mim, uma postura ecofeminista é político-crítica, relacionada com a luta anti-racista, anti-sexista e anti-elitista. Mulheres, crianças, populações de origem africana e indígena são as primeiras vítimas, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Terra. São elas que ocupam os lugares mais ameaçados do ecossistema. (GEBARA, 1997, p.16)

Em que pese as diferenças entre os ecofeminismos, cabe aqui reconhecer a importância das suas principais preocupações: a crítica ao pensamento dualista que divide e hierarquiza homem/mulher, cultura/natureza, razão/emoção, humano/não-humano, como estruturador das desigualdades e violências; as críticas ao modelo de desenvolvimento imposto aos países “terceiro-mundistas”; e a atenção para os temas invisibilizados da economia dos cuidados e da apropriação dos recursos naturais (ou bens comuns), como base necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Atualmente, o termo ecofeminismo vem sendo reformulado e utilizado para nomear lutas de mulheres em defesa de seus territórios e com uma perspectiva descolonial.

### **Colonialidade e gênero**

Na virada para o século XXI, uma rede de intelectuais majoritariamente latino-americanos forma o grupo Modernidad/Colonialidad. A partir de diversas tradições teóricas críticas, incluindo a feminista, analisam a centralidade da colonização da América na construção do sistema-mundo capitalista eurocentrado. O sociólogo peruano Aníbal Quijano, na década de 1990, desenvolve a noção de colonialidade do poder, a partir da qual se desdobram outros conceitos por esse coletivo, dando corpo à perspectiva decolonial. A colonialidade é entendida como o lado oculto e necessário da modernidade. Assim como a invasão europeia do continente, desde 1492, foi fator fundamental para a constituição da economia-mundo capitalista, a colonialidade foi necessária para impor a submissão de todos os saberes outros aqui encontrados, ocultados pelo universalismo da modernidade. Com o fim do período histórico da colonização do continente, todavia, a colonialidade permanece como padrão de poder do capitalismo e culmina na globalização como uma continuação do colonialismo reconfigurado (QUIJANO, 2005).

O elemento fundamental que viabiliza a colonização é a constituição do sistema classificatório de raça, através do qual os europeus inferiorizam, deslegitimam e subordinam todos os não-europeus a seu favor e ainda iriam dizer que faziam

um favor de civilizar o outro à sua imagem. Uma racionalidade que se apresenta como verdade uni-versal, promovendo uma única visão de mundo eurocêntrica baseada em dualismos e hierarquias, às quais ainda estamos presos, apesar das resistências que escapam e coexistem. Dicotomias tais como: homem/mulher, razão/emoção, cultura/natureza, moderno/tradicional, civilizado/selvagem, humano/não humano (considerando aqui como sendo dotado de humanidade o homem branco europeu). Esse projeto civilizatório é tão complexo e bem sucedido, que força os próprios colonizados a reproduzirem as opressões através diversos mecanismos como o controle da distribuição de autoridade local, da propriedade, da religião, da educação.

A partir da colonialidade de poder de Quijano, Maria Lugones percebe uma lacuna quando o autor discorre sobre a categoria de gênero. Assim, propõe um desdobramento importante nessa perspectiva dando a mesma relevância para a classificação de gênero que a racial. Para ela, o sistema moderno/colonial de gênero é necessário à colonialidade do poder e vice-versa (LUGONES, 2020). O gênero, longe de ser uma mera característica biológica, é entendido como uma forma de organização social e estabelecimento de padrões normativos. A heterossexualidade também constitui o padrão binário homem/mulher no capitalismo colonial/moderno, uma vez que faz parte do significado obrigatório do que é ser homem ou ser mulher, sendo elemento fundante da família nuclear.

“Entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas faz rotacionar nosso eixo de compreensão da importância e magnitude do gênero na desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões, e das economias.” (LUGONES, 2020, p.72)

Tal qual a raça, o gênero também é uma “ficção poderosa” para a autora. Essas imagens, como imaginário social, foram elaboradas por discursos científicos biologizantes que acabam por produzir uma desigualdade real. Essa estratégia foi tão eficaz que até hoje há uma considerável ala da política brasileira que ignora essa interpretação e se beneficia do discurso que naturaliza sexo e gênero.

A partir de autoras que estudaram as relações de gênero e práticas sexuais no período pré-colonial na América e na África, Lugones demonstra como o capitalismo colonial constrói um padrão masculino e heterossexual em termos inéditos nesses territórios. As noções de homem e mulher, tal qual a racionalidade ocidental concebe, não correspondem às diferenciações de outros povos a partir da leitura social dos corpos. A divisão social entre “fêmeas” e “machos” nem sempre é demarcada de modo estanque e é atribuída de diferentes significados em cada cultura, muitas vezes se constitui com maior ambiguidade, visto que, mesmo em termos biológicos, essa distinção não é absolutamente binária na realidade. Da mesma forma, a sexualidade também não foi sempre entendida a partir do padrão (cis)heterossexual, nem sempre teve a mesma importância e normatividade como no mundo ocidental, como demonstra Michel Foucault em sua *História da Sexualidade*.

Segundo Paula Gunn Allen (*apud* LUGONES, 2020, p.68), haviam tribos indígenas ginocêntricas e igualitárias na América, em que as mulheres tinham um papel social e espiritual central e plural. Ela destaca quatro aspectos imprescindíveis para minar essa organização social e constituir novas hierarquias e o patriarcado: os mitos de criação do mundo, agora performados por uma representação masculina; a destituição dos saberes e estrutura governamental; a expulsão das terras originárias e a consequente

desestabilização das comunidades que se tornavam dependentes das instituições brancas e de sua ordem patriarcal; o modelo de família nuclear é instituído e a liderança das comunidades, onde antes participavam mulheres, passa a ser espaço masculino, do chefe de família. A destruição dos modos de vida comunitários foi importante nesse sentido para desestabilizar social e politicamente os povos colonizados.

Lugones também se referencia no trabalho premiado da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyewùmí, de 1997, em que argumenta como as noções organizativas da vida na sociedade Yorùbá não apresentavam distinções e papéis sociais correspondentes às classificações de gênero ocidentais impostas na colonização dos povos africanos. Nesse caminho, ela investiga como se dava o lugar social das “anafêmeas” (em distinção ao termo “mulher” que carrega os significados coloniais e se refere às mulheres europeias brancas) e “anamachos” yorùbás antes da colonização. A organização estatal Yorùbá contava com a participação ativa e decisória de mulheres. Ainda que houvesse distinção de gênero em outros termos, o poder não era definido por isso. Algumas decisões eram tomadas pelos grupos de mais idade, os anciãos e anciãs das comunidades. O Estado não cuidava nem controlava de perto assuntos cotidianos, como casamento.

Oyewùmí destaca que a “bio-lógica da cultura ocidental” dividiu em quatro categorias os indivíduos: “los hombres (europeos), las mujeres (europeas), los nativos (hombres africanos) y lo Otro (las mujeres africanas). Las colonizadas ocuparon la categoría residual y sin especificación de lo Otro.” (OYEWÙMÍ, 2017, p.209). A dimensão de desumanização da mulher racializada deve ser portanto melhor compreendida, até para entendermos as resistências no passado e como horizonte.

A concepção de interseccionalidade ajuda aqui a entender a necessidade de se pensar a raça e o gênero juntos como instrumentos de uma nova organização social imposta, pois as categorias isoladas estabelecem um padrão hegemônico que acaba invisibilizando quem está nas intersecções. Quando se fala em “mulher” na lógica universal, trata-se de uma categoria homogênea de representação dominante branca, burguesa, heterossexual, de modo que seu uso sem discriminar a branquitude, adquire um sentido racista, ignorando todas as outras mulheres (LUGONES, 2020, p.60). É famosa hoje a incômoda e precisa pergunta da abolicionista afro-americana Sojourner Truth interpelando as mulheres brancas na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, em 1851, com seu discurso “Não sou uma mulher?”.

O imaginário construído sobre a mulher racializada é extremamente violento como reconhece Lugones, aludindo ora a imagem erotizada de uma mulher pronta a atender os desejos sexuais masculinos, ora à selvageria que ameaça e logo demanda controle pela força do colonizador. O canibalismo é lido como violência selvagem que deve ser controlada, mas não se interpreta na mesma medida o estupro do colonizador, uma vez que cada corpo é diferentemente valorado – um humano, outro não humano.

Podemos dizer que a perspectiva feminista decolonial se estabelece com o trabalho de Lugones nos anos 2000, mas conta com um grupo crescente de autoras, das quais destacamos Rita Laura Segato, Silvia Rivera Cusicanqui e Yurdekys Espinosa Miñoso. De modo geral, essa perspectiva aborda, portanto, a opressão racializada e de gênero como aspectos que devem ser entendidos

com o mesmo peso e sempre em conjunto, situados histórica e geopoliticamente, sendo partes do sistema colonial/moderno capitalista que se almeja superar.

O termo decolonial será criticado por algumas dessas vozes, dando preferência ao descolonial, que não estaria associado diretamente a uma corrente acadêmica e se abriria como um termo usado pelos povos originários de modo mais amplo, referindo-se a um acúmulo histórico de resistências que estão em curso desde o processo de colonização (BALLESTRIN, 2020). Como aponta Haesbaert (2021), a ideia de descolonização do pensamento é reivindicada pela socióloga boliviana e aymara Silvia Rivera Cusicanqui como emergente dos povos originários de Abya Yala e não deve ser entendida como proveniente exclusivamente de uma corrente acadêmica. Vou utilizar o segundo termo por seu caráter mais abrangente a partir daqui.

### *Feminismos descoloniais latino-americanos*

A filósofa afro-caribenha Yurdekys Espinosa Miñoso, destaca a questão da dependência ideológica do feminismo latino-americano em relação aos discursos do “primeiro mundo” e de uma cumplicidade com teorias que ao apresentar análises de gênero como categoria isolada, perpetuam o racismo. A autora aponta, a partir do relato de Sonia Alvarez et al (2003) que, desde o III Encontro feminista da América Latina e Caribe, realizado no Brasil em 1985, as reivindicações das mulheres negras foram colocadas com maior ênfase. Nesse evento, conforme descreve Matilde Ribeiro (1995, p.449), um grupo de mulheres periféricas negras dos movimentos de bairro e partidos políticos apareceram no local sem terem feito inscrição e não puderam participar com o argumento de que não haviam mais bolsas para participação gratuita, o que gerou uma grande discussão com as organizadoras do evento, de maioria branca. Esse caso expressa por um lado a dificuldade em se tratar as relações de classe e raça entre as feministas e, por outro, a divisão entre um grupo que se considerava feminista e outro dos movimentos de mulheres e ligadas a partidos políticos que viam o feminismo como movimento pequeno burguês. Vale notar que do total de participantes do evento, as declaradas negras ou mestiças representavam menos de 15% do total.

“As mulheres negras de vários países debateram a temática Racismo e Feminismo. Constatou-se pelos depoimentos das participantes que a dificuldade de tratamento da realidade vivida pelas mulheres negras é um traço comum.” (RIBEIRO, 1995, p.449)

Nesse mesmo ano se teve a III Conferência Mundial das Mulheres (ONU), em Nairobi, Quênia. Por essa ocasião, Sueli Carneiro e Thereza Santos elaboraram um diagnóstico pioneiro sobre a situação da mulher negra no país<sup>4</sup>, junto à Comissão da Mulher Negra no Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo (RIBEIRO, 1995, p.448). A partir dessas demandas das mulheres negras que não tinham espaço no feminismo hegemônico nacional e começavam a ganhar força, em 1988, se dá a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença (RJ).

O debate pela inclusão das pautas das feministas negras teve sucesso em parte, entrando tanto nos encontros nacionais como internacionais, porém não de modo estrutural e organizativo, mas como debates temáticos em termos de “o

---

<sup>4</sup> Sueli Carneiro e Thereza Santos. Mulher Negra, São Paulo, Nobel CECF, 1985.

problema das mulheres negras ou indígenas” (ESPINOSA MIÑOSO, 2014, p.310).

No contexto das conferências de mulheres organizadas pela ONU de 1975 a 1995, as intenções de se elaborar políticas de desenvolvimento a partir do centro para as periferias do mundo também resultaram em incorporações de pautas de modo a gerar políticas assistencialistas e que mantiveram a estrutura desigual mundial. Houve alguma resistência dentro do movimento feminista à ideia de internacionalização nos moldes propostos pela ONU, também interpretada como forma de “colonização” no contexto do neoliberalismo e globalização, mas também houve grande adesão (BALLESTRIN, 2020, p.2). Na década de 1990, surgem inúmeras ONGs feministas que realizam projetos financiados pelos fundos e organizações internacionais, sediados nos países centrais.

A panamenha Linda M. Alcoff critica o feminismo imperial encarnado nos programas de organizações estatais e com apoio de organizações não estatais feministas de desenvolvimento:

“O feminismo imperial assume um significado universal fixo e estável para a ideia de feminismo. Sabe como é a libertação, e existe para ensinar, não para aprender ou se engajar em diálogos. Não vê o feminismo como dialógico, irredutivelmente múltiplo e um projeto local.” (ALCOFF, 2020, p.3)

Para Espinosa Miñoso (2014), essa foi e segue sendo uma experiência frustrada em que as feministas latino-americanas embarcaram enfraquecendo as mobilizações locais. Não se trata de negar as articulações internacionais, mas de valorizar os processos de resistências locais e comunitários. Entendo que hoje é importante fazermos a crítica a essas iniciativas, mas de modo geral não podemos jogar as experiências históricas fora sem reconhecer que todas essas contribuições dos variados feminismos colaboraram em alguma medida para os movimentos atuais. Se hoje mulheres indígenas (SAMPAIO, 2021), quilombolas (DEALDINA, 2020), camponesas (MEZADRI et al, 2020) se afirmam como feministas é porque compreendem e se referenciam por algumas dessas contribuições e puderam se apropriar contribuindo também com suas perspectivas e demandas que ampliam os horizontes do feminismo.

Os feminismos latino-americanos têm contribuído com novos conceitos e abordagens, como suas interpretações dos patriarcados como sistema mais amplo de exploração capitalista, heterossexista e colonial a partir do entendimento do entronque de patriarcados ancestrais e colonial (CABNAL, 2010; PAREDES e GUZMAN, 2014) e a ideia de (re)patriarcalização dos territórios nas últimas décadas com o avanço dos extrativismos neoliberais (COLECTIVO MIRADAS, 2017).

### **Território e feminismo na América Latina: nomear para existir**

*Nós temos outros valores, com foco nas relações e no enraizamento territorial e comunitário, capazes de construir um mundo vincular. Mas a colônia nos roubou o vocabulário para nomeá-los e defender esses valores e as práticas relacionais que deles derivam: a reciprocidade, o tempo para o outro, a conversa, a festa, a pactuação, a construção de uma história comum, o projeto histórico orientado por outras metas de felicidade. (SEGATO, 2018)*

A América Latina é uma região que concentra enorme biodiversidade e riquezas naturais, por questões geológicas e também pelos cuidados dos povos que aqui habitam desde antes da colonização europeia, mesmo após séculos de exploração, que geraram impactos sociais e ambientais severos. Desde os anos

1970, a região passa por um reordenamento econômico da produção agrícola para suprir um mercado alimentar global em expansão, bom como um avanço do neoextrativismo (SVAMPA, 2019). A chamada “revolução verde” fragilizou a agricultura familiar na região, fazendo avançar sobre os territórios, as monoculturas produtoras de *commodities* para exportação e megaprojetos de mineração e energia, gerando a expulsão de pequenos produtores, povos originários e comunidades tradicionais de seus territórios. Na virada para o século XXI, se consolida um novo padrão de desenvolvimento neoliberal estruturado pela acumulação por espoliação, permitindo que o capital transnacional se aproprie de e explore os bens comuns em variados locais do globo (HARVEY, 2005). O sistema financeiro se expande e passa a sobrepor-se à produção. Se as grandes indústrias passaram a expandir seus territórios de atuação pelo mundo conforme melhores vantagens fiscais ou salariais, o sistema financeiro trabalha com matéria volátil e pode circular no tempo imediato quase invisível impactando os territórios das mais variadas formas.

Como Quijano (2005) propõe, podemos pensar a globalização como parte de um processo mais amplo do desenvolvimento capitalista que inicia com a colonização. Nesse sentido, se agravam nas últimas décadas na região os efeitos dessa lógica reprodutiva do capital nos territórios com violência e despojo, como tentativas de desestruturação dos modos de vida comunitários. Alguns movimentos populares debatem o processo atual em termos de uma “recolonização” (SVAMPA, 2019, p. 90). Grosfoguel sugere a ideia de uma “colonização global” (2005 *apud* HAESBAERT, 2021, p.99), em que se acentuam as desigualdades e hierarquias entre centros e periferias.

Los territorios indígenas y las vidas comunitarias que habitan en ellas, son el punto de ataque en esta renovada desposesión, el uso de la violencia es una de vía común para lograr los despojos, la criminalización para las y los que se oponen a la expropiación de los bienes comunes y el desprecio por todo lo que intenta insubordinarse y crear nuevas formas de resistencia ante la embestida del capitalismo voraz. (CRUZ HERNANDEZ, 2016, p.14)

Mas as articulações de resistência em defesa dos territórios e da vida também se dão de forma intensa e específica, ainda que em rede com outros movimentos em outras partes do mundo. Frente às imposições do neoextrativismo em ascensão, vemos o “surgimento de grandes resistências sociais, que questionaram o avanço vertiginoso da fronteira das *commodities* e, diante do espólio, foram elaborando outras linguagens e narrativas em defesa de outros valores – a terra, o território, os bens comuns, a natureza etc.” (SVAMPA, 2019, p.18).

A questão discursiva tem extrema importância aqui, pois, como lembra Porto-Gonçalves, “dar nome próprio é apropriar-se” (2009, p.29). Assim, o nome Abya Yala (“terra madura” ou “terra em florescimento”) emerge como uma construção política identitária, parte de um novo léxico político descolonizador, a partir de um novo ciclo do movimento indígena, que cada vez mais se autodetermina como povos originários, com importante papel da mulheres (CRUZ HERNANDEZ, 2016, p.20). É assim que o povo Kuna (que habita atualmente a Comarca Kuna Yala, território indígena autônomo na costa do Panamá, tendo suas origens nas terras do norte da Colômbia) referencia o continente que conhecemos hoje por América. Apesar de haver outros nomes em outras línguas, este se tornou mais comumente usado pelos povos originários de modo geral e reconhecido pelo menos desde a II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em Quito, em 2004 (PORTO-GONÇALVES, 2009). Vale notar que esse reconhecimento também se relaciona

com a história de luta desse povo que conquistou autonomia de seu território nos anos 1930.

Nesse sentido, vale compreendermos melhor os significados atribuídos à noção de território nessas disputas discursivas. Segundo o geógrafo Haesbaert:

Uma das especificidades da leitura que podemos denominar latino-americana sobre o território está ligada ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava Milton Santos, do “uso” do território – mas um uso que se estende bem além do simples valor de uso, compreendendo também um expressivo valor simbólico. Ao contrário de muitas geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos (o território como “tecnologia de poder” [ELDEN, 2013]), na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social.” (HAESBAERT, 2020, p.76)

Assim, o conceito de território está em discussão no conflito entre racionalidades distintas que engendram diferentes projetos territoriais. Diversos autores reconhecem a contribuição da geografia crítica brasileira, com especial atenção ao pensamento de Milton Santos que enfatiza a dimensão simbólica do território. Essa tradição evoca uma representação dos territórios a partir dos grupos subalternizados. Maristella Svampa também observa essa questão e entende como uma abordagem de análise potente:

Território e territorialidade são conceitos controversos, pois não apenas aparecem nas narrativas das organizações indígenas e dos movimentos socioambientais, mas também no discurso de corporações, de gestores de políticas públicas e do poder público de modo geral, em diferentes escalas e níveis. A noção de território se converteu em uma espécie de *conceito social total*, a partir do qual é possível visualizar o posicionamento dos diferentes atores em conflito e, a partir desse posicionamento, analisar as dinâmicas sociais e políticas. (SVAMPA, 2019, p.55)

A linguagem assim também posiciona quem fala, é política e incide sobre a realidade. Svampa percebe como “uma tendência que percorre e informa as lutas” (p.62), o que chama de giro ecoterritorial, no surgimento de uma nova linguagem comum de valorização do território/da territorialidade. Assim se articulam “lutas indígenas e novas militâncias territoriais/ecológicas e feministas” (p.80) em defesa dos territórios no sentido de um comprometimento com o coletivo em escala global, na preservação da vida e dos ecossistemas para as futuras gerações.

A autora evoca a noção de Porto-Gonçalves (2009) de “tensão de territorialidades”, que seria provocada nesse contexto, sobretudo, pela imposição de uma territorialidade pelo capitalismo neoliberal financeiro em consonância com o projeto neoextrativista e inviabiliza outras territorialidades existentes (SVAMPA, 2019, p.56). Para Porto-Gonçalves essa tensão se expressa por exemplo na territorialização da linguagem, no conflito entre os nomes reivindicados para um território.

Podemos pensar que essa tensão também emerge nas aproximações entre corpo e território nos movimentos feministas indígenas e subalternos. A noção de território-corpo-terra sugere os atravessamentos corporais classificatórios e de controle implicados na territorialidade dominante. O capitalismo precisa invisibilizar a dimensão simbólica do território e, às vezes, inviabilizar a dimensão concreta para esvaziar de valor e se apropriar de terras e recursos (naturais e humanos). Assim, ao trazer a escala do corpo, percebemos o sentido de falar ao mesmo tempo das opressões, desigualdades que são marcadas historicamente pelos corpos, como da vida, que deve ser colocada no centro, e depende de um

território para existir. O território faz parte da própria existência, física e espiritual em diversas cosmovisões.

Como nos lembra a feminista indígena mexicana Delmy T. Cruz Hernandez, nos anos 1990, Neil Smith definiu o corpo também como escala, “el lugar del cuerpo establece la primera frontera entre yo y el otro” (CRUZ HERNANDEZ, 2016, p.40). A partir do entendimento de que os corpos são diferenciados, pode-se analisar como isso se dá de acordo com as atribuições de gênero, raça, etnia, idade e classe, e também conforme o lugar em que se situam. “(...) el cuerpo está asignado no sólo por las determinaciones físicas del contexto geográfico; sino por las construcciones culturales que subyacen a la idea del espacio, lugar, territorio, comunidade y contexto.” (p.41). Para a autora o conceito de território corpo-terra é uma afirmação política da coletividade de mulheres indígenas em defesa dos seus territórios:

“consideramos que femenino y otrxs cuerpos disidentes son la plasmación de muchas otras escalas de opresiones, de resistencias: familia, plaza pública, comunidad, barrio, organización social, territorio indígena, etc. La relación entre el cuerpo y estas otras escalas genera una potente dialéctica entre nuestra existencia y las relaciones que la unen a los territorios que habitamos.” (CRUZ HERNANDEZ, 2017, p.44)

Segundo Beltrán, a afirmação política “meu corpo, meu território” surge na América Latina (BELTRÁN, 2019, p. 131), no enfrentamento ao sistema patriarcal colonial capitalista. A autora percebe uma tendência ecofeminista recente na região, que compreende as relações entre a exploração das mulheres e da natureza a partir das violências no cotidiano vivido. A noção de corpo-território implica numa abordagem que relaciona as violências do capitalismo, colonialismo e patriarcado, perpetuadas através de depreciações socialmente instituídas sobre os corpos subalternos por seu enquadramento nas categorias de gênero, raça, etnia, sexualidade etc.

“Desde o imperativo ético-político que nos demanda essa transição do modelo rentista-extrativista ao Bem Viver e à defesa dos direitos da Terra, nós, grupos de mulheres organizadas, ecofeministas em resistência e luta contra o avassalador sistema-mundo do capitalismo predatório, analisamos e expomos nossas melhores razões para alertar sobre as consequências a que levariam o desenvolvimento do Motor Mineiro e os projetos extrativistas de mineração em grande escala, propostos pelo governo venezuelano a partir do chamado Arco Mineiro do Orinoco [...] As mulheres indígenas e mestiças não foram simples vítimas. Como resultado de sua própria experiência, as mulheres são donas de uma maior consciência e visão de que a deterioração da natureza e de seus recursos desemboca na deterioração da vida. Muitas se opuseram valentemente a essa constante coação sexista e se converteram nas principais protagonistas da luta por construir, sob risco das próprias vidas, um tipo diferente de relação social e outro modelo de relação com a natureza e os seres vivos, como demonstram as figuras de Berta Cáceres e Máxima Acuña<sup>5</sup>.” (Comunicado Ecofeminista contra o Extrativismo Mineiro de Orinoquia, Venezuela, 2014, *apud* BELTRÁN, 2019, p.130)

Neste manifesto podemos perceber o reconhecimento de um lugar social da experiência das opressões pelas mulheres indígenas e mestiças que resistiram e afirmam um papel político importante nessa resistência e na proposição de

---

<sup>5</sup> Cáceres foi uma liderança hondurenha que lutou junto a comunidades indígenas pela defesa dos rios frente aos interesses de grandes transnacionais do setor hidroelétrico, tendo sido assassinada em sua casa em 2016. Máxima Acuña é uma agricultora indígena peruana que teve grande destaque na luta contra a maior mineradora de ouro do mundo, com base nos EUA, pelo território onde vive e pela preservação das águas que são contaminadas no processo de mineração.

alternativas civilizatórias. O protagonismo dessas mulheres se dá como prática na luta política cotidiana nos territórios, mas o manifesto reivindica o reconhecimento de suas vozes porque hoje ainda são invisibilizadas ou silenciadas.

Para Barragán et al. (2016, p.114-5), os feminismos andinos, populares e comunitários se apresentam como parte da resistência colonial desde o início da colonização do continente por serem herdeiras e parte das culturas pré-coloniais, assim reposicionando a relação de dependência com o feminismo do Norte. Nesse sentido, estão preocupadas não com direitos individuais, mas com uma construção coletiva de transformação social. Para as autoras, sobretudo na Bolívia e no Equador, o projeto de Estado plurinacional (ainda que não tenha se concretizado como esperado e tendo correntes feministas críticas a esses diálogos) possibilitou de alguma forma a discussão e imaginação de uma comunidade política para além do Estado-nação. A articulação complexa da luta pela descolonização, superação do patriarcado, do capitalismo e por uma nova relação com a natureza marca esses movimentos que recentemente ganham força e aportam propostas alternativas à crise civilizatória que vivemos.

Apesar do posicionamento provocativo de Miñoso em relação à dependência da produção crítica do feminismo latino-americano, na compilação de reflexões feministas descoloniais que organizou junto a outras autoras, *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* ela reconhece contribuições político-epistêmicas e descreve a publicação como:

“un recorte histórico de los aportes intelectuales de activistas, pensadoras y académicas provenientes de Abya Yala, que — al entender de las compiladoras del volumen — han generado desplazamientos político-epistémicos en sus análisis críticos al (hetero) patriarcado moderno en su intrínseca conexión con el racismo, el capitalismo y la colonialidad.” (ESPINOSA MIÑOSO et al., 2014, p.13)

Outras autoras também reconhecem mudanças nas últimas décadas. O feminismo é em si um campo de disputas, mas há uma percepção de seu alargamento e de outras vozes reivindicando espaço nesse “caldeirão”:

Por fim, as autoras dos feminismos andinos já não são fundamentalmente mulheres de classe média, profissionais e mestiças: produz-se um encontro – em alguns momentos, conflituos, em outros, não – entre mulheres de setores populares que se reconhecem feministas e que ressignificam o feminismo a partir de seus contextos, experiências, produções culturais da vida cotidiana e situação trabalhista, e onde a Natureza, a *Pacha Mama*, aparece como categoria central de encontro e também de mobilização. (BARRAGÁN et al., 2016, p.116)

Algumas autoras latino-americanas recentemente têm trazido o conceito de feminismos (eco)territoriais para nomear as lutas de mulheres vinculadas com conflitos e defesa dos territórios (ULLOA, 2016; SVAMPA, 2021; PEÑA, 2020), que podemos relacionar à noção de movimentos socioterritoriais:

Entiendo a partir de este concepto las luchas territoriales-ambientales que son lideradas por mujeres indígenas, afrodescendientes y campesinas, y que se centran en la defensa del cuidado del territorio, el cuerpo y la naturaleza, y en la crítica a los procesos de desarrollo y los extractivismos. Las propuestas se basan en una visión de la continuidad de la vida articulada a sus territorios. Plantean como eje central la defensa de la vida, partiendo de sus prácticas y relaciones entre hombres y mujeres y las relaciones de lo humano con lo no humano. De igual manera, proponen la defensa de actividades cotidianas de subsistencia, de autonomía alimentaria y de sus modos de vida. (ULLOA, 2016, p.134)

Esses movimentos estão discutindo os avanços sobre os territórios, mas também elaborando suas propostas de bem viver, agroecologia, defesa dos comuns etc. Essas proposições podem ser pensadas não apenas como uma meta no horizonte, mas como processos que já são vividos em parte na experiência cotidiana desses movimentos que são territorializadas. Nos interessa pensar com esses conceitos, quais as especificidades dos feminismos territoriais; se podemos entender os feminismos dentro do termo “guarda-chuva” de movimentos socioterritoriais e em que os feminismos se diferenciam como tal.

Em diversos locais da região latino-americana, movimentos de mulheres ou feministas têm discutido questões políticas e socioambientais e formulado suas reivindicações. No Brasil podemos falar das grandes articulações das marchas das Margaridas (desde 2000) e das mulheres indígenas (desde 2019) que reúnem inúmeros coletivos espalhados pelo país. Ulloa menciona o Encuentro Nacional de Mujeres frente al extractivismo, em seu país de origem, Colômbia (que acaba de eleger uma mulher afrodescendente de origem rural como vice-presidenta). Essas mobilizações, além de reivindicar por direitos básicos e pelas suas vidas, defendem propostas alternativas de mundo e querem discutir outro modelo de desenvolvimento antipatriarcal e são compostas por diversos grupos e organizações que estão engajadas com lutas em seus territórios.

Em agosto de 2019, ocorreu a 1ª Marcha de Mulheres Indígenas<sup>6</sup> no Brasil, reunindo 2500 mulheres de 130 etnias em Brasília, com o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Em diálogo com os feminismos indígenas da região, a frase destaca também a dimensão do sagrado a partir de suas cosmovisões, que a noção do território ocidental no seu sentido primeiro administrativo, visa apagar. Em seu manifesto final, elas afirmam: “Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios.”<sup>7</sup> Assim, a partir de um reconhecimento de herança de organizações matriarcais, reivindicam hoje direitos jurídicos e políticos, participação nos espaços de decisão, que já foram ocupados por mulheres nos sistemas de terras comunais. Fazem ainda uma autoafirmação do importante papel de manutenção da biodiversidade no planeta através dos modos de vida e culturas indígenas, não como responsabilização naturalizada, mas exigindo o reconhecimento desse lugar.

Celia Xakriabá, uma liderança do povo Xakriabá que habita o território correspondente ao estado de Minas Gerais e foi a primeira de sua etnia a fazer um mestrado, reivindica também a visibilização das epistemologias indígenas e sua relação com o corpo (que no caso não seria o oposto de alma ou mente, mas integrado):

A intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo o corpo. Todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro. É aí que a intelectualidade indígena acontece. [...] Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo o pensamento equivocado de que nós, indígenas, não podemos

<sup>6</sup> Articulada com a Marcha das Margaridas que aconteceu na semana seguinte, mostrando um exemplo de articulação dos movimentos de mulheres sem apagar suas especificidades e em diálogo, pois dessa forma, se incentivou as participantes de estarem nos dois encontros.

<sup>7</sup> Disponível em : <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> (acessado em 15 de maio de 2021).

acompanhar as tendências tecnológicas, ou qualquer outra coisa que exista fora do contexto da aldeia e da ideia de que não seríamos capazes de ocupar tais lugares. (Xakriabá, 2020)

De modo similar, as mulheres quilombolas, que recentemente têm afirmado seu feminismo negro numa perspectiva quilombista, percebem a importância do desafio da escrita e da inserção nesse debate também como forma de aliança com os feminismos e como forma de criar narrativas próprias. Nilce Pontes, liderança do quilombo onde nasceu e vive em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira – Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca –, agricultora da RAMA<sup>8</sup> e coordenadora na CONAQ<sup>9</sup>, vê na aliança com mulheres da cidade potencialidades, para perceber a relevância suas lutas e se fortalecerem. Em texto escrito em conjunto com Miriam Nobre e Natália Lobo, da Sempre Viva Organização Feminista e Marcha Mundial da Mulheres, que assessoram grupos de agricultoras desde a produção agroecológica até a comercialização solidária, as autoras discutem a percepção sobre território nos quilombos da região em conflito com a visão conservacionista do governo:

Os territórios das comunidades não são restritos ao que o processo de demarcação consegue enxergar. Eles se abrem em caminhos que se entrecruzam com outras comunidades quilombolas e indígenas. Coisa difícil de entender por uma sociedade que se organiza com base nos cercamentos e na propriedade privada da terra. Os caminhos da água, os “corgo” [córregos], as plantas, as árvores nativas e os fatos da vida, tudo ligado ao manejo do solo, da água e das florestas, davam nome aos núcleos de ocupação que organizavam o quilombo. (Nobre et al., 2020, p. 116)

A questão da ancestralidade emerge também com força no discurso; não em abstrato, mas manifestando-se nos caminhos construídos e mantidos pelas sucessivas gerações como saberes territoriais. Assim os caminhos fazem parte da história dessas comunidades, de suas interações a partir de necessidades de trocas, celebrações e cultuação da fé. A dimensão espiritual traz um senso de respeito com o ambiente que é parte constituinte das práticas agrícolas e cotidianas da vida: “Do território depende tudo aquilo de mais importante: a cultuação do sagrado, o alimento, o corpo e a comunidade.” (Nobre p.114)

Para Luciana Ballestrin, a construção da descolonização é entendida como uma utopia feminista e subalterna da América Latina que tem sido articulada nas últimas décadas. E sugere que isso “caracteriza distintivamente o feminismo de(s)colonial, sendo ele próprio um feminismo subalterno que articula diferentes expressões feministas – também subalternas – com propósitos descolonizadores.” (BALLESTRIN, 2020, p.3). Nesse sentido, apesar dos conflitos entre as inúmeras vertentes e posicionamentos feministas, os feminismos abordados nesse texto se somam e articulam numa utopia de descolonização na prática, através de encontros ou trabalhos conjuntos entre grupos feministas, e na teoria quando aproximam seus discursos e se apropriam de termos que lhes são caros.

## Referências bibliográficas

---

<sup>8</sup> Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras

<sup>9</sup> Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

ALCOFF, Linda Martin. Decolonizando a teoria feminista: contribuições latinas para o debate. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, Ouro Preto, v. 06, n. 01, e-202001, jan./jun. 2020.

ALVAREZ, Sonia *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**. 11 (2), pp. 541-575, 2003.

BALLESTRIN, Luciana M. “Feminismos Subalternos”. **Revista Estudos Feministas**. 25 (3). Sep-Dec 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

BARRAGÁN, Margarita A., LANG, Miriam, CHÁVEZ, Dunia M., SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. Críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DIGLER, G., LANG, M., PEREIRA FILHO, J. (org). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo, Elefante, 2016.

BELTRÁN, Elizabeth P. Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitário**. Madrid, ACSUR – Las Segovias, 2010.

CAPIRE. #EscolaFeminista: Lançamento celebra o legado de Berta Cáceres. **Capire**, 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/escola-feminista/>. Acesso em: 10/12/2022.

COLECTIVO MIRADAS Críticas del Territorio desde el Feminismo. (Re)patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política**, n.61. pp. 67-71, 2017.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy T. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, v. 12, n. 1, 2016. pp. 35-46.

\_\_\_\_\_. Feminismos comunitarios territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. **Revista Estudios Psicosociales Latinoamericanos**. Dossier Feminismos Latinoamericanos, Neiva, v.3, pp.88-107, dez. 2020.

\_\_\_\_\_ e JIMÉNEZ, Manuel B. del Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (Org). **Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Quito, Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo/Ediciones Abya-Yala/Bajo Tierra Ediciones/Libertad Bajo Palabra, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descoloniales. Buenos Aires, Tinta Limón/Retazos, 2010.

Colectiva XXK e SOF Sempre Viva Organização Feminista. **Juntas e misturadas**: explorando territórios da economia feminista. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo, Selo Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

FAINSTEIN, S. S.; SERVON, L. J. **Gender and planning: a reader**. Rutgers, The State University, 2005.

FOUCAULT, M. (1976). **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2009.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2014.

GONZAGA, Terezinha de O. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo, Annablume, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-território ao Território-corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **Revista Geographia**, 22 (48), pp.75-88, 2020.

\_\_\_\_\_. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5), 1995. pp. 7-41.

HARDING, Sandra. **Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo**. Em construção, n. 5, 2019. pp. 143-162.

HELENE, Diana. **Preta, Pobre e Puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. Tese (doutorado em planejamento urbano e regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015.

HELENE, D.; PEREIRA, G. L.; SANTORO, P. F.; TAVARES, R. B. **Editorial**. Dossiê território, gênero e interseccionalidades. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v.23, 2021.

HERRERO, Amaranta. Ecofeminismo: apuntes sobre la dominación gemela de mujeres y naturaleza. **Ecología Política**, v. 54, 2017. pp. 20-27.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero** (2008). In: HOLLANDA, H. B. (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

MACGREGOR, Sherilyn. **Routledge handbook of gender and environment**. London, New York, Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas (2019). **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 2, pp. 339–345, 2021. DOI: 10.26512/insurgencia.v8i2.39122. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39122>. Acesso em: 4 nov. 2022.

MEZADRI, Adriana M., CIMA, Justina I., TABORDA, Noeli W., GASPARETO, Sirlei A. K., COLLET, Zenaide (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo, Outras Expressões, 2020.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz. Popayán, Editorial Universidad del Cauca, 2014.

NOBRE, Miriam, LOBO, Natália, PONTES, Nilce. Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira. In: PAIM, Elisângela S. **Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia**. São Paulo: Editora Funilária, 2020.

OYEWÙMÍ, Oyèronké. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. (Trad. de Alejandro Montelongo González). Bogotá, Editorial en la frontera, 2017.

PAREDES, Julieta e GUZMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldía. Que es el feminismo comunitario?** Comunidad Mujeres Creando Comunidad, La Paz, 2014.

PAREDES, Julieta. **Despatriarcalização: uma resposta categórica do feminismo comunitário**. (2015) trad. Annelise Schwarcz. Sobinfluência, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.sobinfluencia.com/post/despatriarcaliza%C3%A7%C3%A3o-uma-resposta-categ%C3%B3rica-do-feminismo-comunit%C3%A1rio-1>. Acesso em 05/06/2022.

PEREIRA, G. L. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, pp. 25-30. Curitiba, UFPR, 2009.

QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin (orgs.). **Mulheres atingidas**: territórios atravessados por megaprojetos. Rio de Janeiro: Instituto Pacts, 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, cap. 10, pp. 107-130.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, 2, 1995, pp. 446-457.

RITZDORF, Marsha. **Feminist thoughts on the theory and practice of planning**. (1992). In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan. Readings in planning theory. Malden/Mass, Blackwell Publishers, 1996. pp. 445-450.

SAMPAIO, Paula F. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração** – séculos XX e XXI. Teresina, Cancioneiro, 2021.

SANCHEZ, Gloria P. Z. El ecofeminismo. Críticas y alternativas al desarrollo. In: **La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: Miradas desde las ecología(s) política(s) Latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, pp. 299– 312, 2020.

SANDERCOK, L; FORSYTH, A. **A Gender Agenda: New Directions for Planning Theory**. Journal of the American Planning Association. Vol. 58, n. 1. Chicago, March/1992.

SANTORO, Paula. **Gênero e Planejamento territorial: uma aproximação**. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SEGATO, Rita L. **Rita Segato: a vida transformada em coisa**. Entrevista realizada por Luiz Martínez Andrade. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo, N-1 edições, 2018. Disponível em <https://www.n-1edicoes.org/a-vida-transformada-em-coisa>.

SILLIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

SNYDER, Mary G. **Feminist Theory and Planning Theory: Lessons from Feminist Epistemologies**. Berkeley Planning Journal, 10(1). Berkeley, 1995.

TAIT, Márcia M., MORENO, Renata. Emergencias ecofeministas en las praxis latinoamericanas. **Ecología Política**, n. 61, 2021. pp.16-20.

SVAMPA, Maristella. **Feminismos del Sur y ecofeminismo**. Nueva Sociedad, n. 256, 2015. pp. 127-188.

\_\_\_\_\_. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

ULLOA, Astrid. **Ecología política feminista latinoamericana.** In: ZURIA, Ana De Luca, CENTENO, Ericka Fosado, GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (coord.). **Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina.** Cuernavaca: UNAM-CRIM, 2020.

\_\_\_\_\_. **Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos.** Nómadas 45 (octubre), Universidad Central, Colombia, 2016.

XAKRIABÁ, Célia. “Amansar o giz”. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 14, pp. 110-117, 2020.